nos termos do § 2.º do artigo 2.º do decreto de 14 de Setembro de 1900: hei por bem decretar que na comarca daquela denominação seja criado mais um lugar de notário, com sede na freguesia de S. Lourenço do Bairro.

O mesmo Ministro assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 2 de Abril de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Manuel Monteiro*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria geral

DECRETO N.º 401

Ponderando a Administração Geral da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência a conveniência de se ampliar a disposição do § único do artigo 269.º do regulamento de 9 de Dezembro de 1909, por forma a estabelecer a validade, por dois anos, dos concursos para provimento dos lugares da mesma Caixa, e atendendo a que esta modificação não contraria o disposto no artigo 19.º da base 4.ª da lei de 26 de Setembro do mesmo ano, antes melhor se harmoniza com o que sobre o assunto dispõe o § 2.º do artigo 27.º do decreto de 30 de Junho de 1898, que fixou em um ano o prazo daquela validade para os concursos: hei por bem, usando da faculdade que me confere o n.º 3 do artigo 47.º da Constituição Política da República, e sob proposta do Ministro das Finanças, decretar que seja aplicável aos concursos da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, que pelo artigo 2.º da base 4.ª da lei de 26 de Setembro, já citada, é equiparada às secretarias de Estado a disposição do § 2.º do artigo 27.º do decreto de 30 de Junho de 1898 em vigor no Ministério das Finanças.

O referido Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 2 de Abril de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Tomás Cabreira*.

Direcção Geral da Fazenda Pública

3.ª Repartição

DECRETO N.º 402

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acerca dos recursos n.ºs 13:765 e 13:407, recorrentes António de Sousa e Silva, Domingos de Sousa e Silva e Luís Baptista Dinis, e recorrido o Ministro das Finanças:

Em sessão de 29 de Março de 1911, votou o Supremo Tribunal Administrativo a denegação do provimento no recurso n.º 13:407, nos termos da seguinte consulta enviada ao Governo:

Mostra-se que na lista n.º 9:381, sob n.º 1, veio anunciada a arrematação da Quinta de Rial, do lugar de Rial, da freguesia de Adaúfe, do concelho e distrito de Braga, legada em partes iguais ao Hospital de S. Marcos e ao Asilo dos Entrevados de S. José de S. Lázaro, da mesma cidade, que devia efectuar-se simultaneamente no antigo Ministério da Fazenda, e na Repartição de Fazenda do distrito de Braga, no dia 2 de Dezembro de 1909, pelas doze horas da manhã;

Mostra-se que contra a arrematação efectuada na Repartição de Fazenda de Braga reclamaram, perante o antigo Ministério da Fazenda, António Fernandes de Araújo, em 9 e 11 de Dezembro, a fl. 33, António Bernardo da Silva, em 17 de Dezembro, a fl. 35, António Rodrigues da Silva Braga, em 15 de Dezembro, a fl. 36, Henrique Teles e José Joaquim Pereira dos Santos Mata, em 28 de Dezembro, a fl. 40-41, sendo estas reclamações contestadas por António de Sousa e Silva e irmão, Domingos de Sousa e Silva, a fl. 38;

Mostra-se que, na reclamação de 9 de Dezembro, António Fernandes de Araújo alegou a fl. 18-19;

— que a arrematação da Quinta de Rial, na Repartição de Fazenda de Braga, effectuou-se com manifesta violação da lei e grave prejuízo do Estado e instituições de beneficência interessadas, o Hospital de S. Marcos e o Asilo dos Entrevados;

— que devendo a arrematação começar ao meio dia, estava encerrada a praça a essa hora, pois que, sob a presidência do official da Repartição de Fazenda do distrito, começou, decorreu com notável precipitação e terminou antes de marcarem meio dia os relójos das tórras da cidade e dos que pretendiam lançar;

— que um pretendente, que assistiu à praça de Braga, não lançou nessa praça, e, por telegrama mandou cobrir, na praça de Lisboa, o lanço da praça de Braga com um tostão apenas;

— que, sobre os factos alegados, devem ser inquiridas testemunhas, cujo rol ofereceu, e de seguida anular-se a arrematação efectuada;

Mostra-se que o director geral interino, da estatística e dos próprios nacionais, por despacho de 9 de Dezembro de 1909, ordenou que fôsse enviada cópia da reclamação de António Fernandes de Araújo ao delegado do Tesouro do distrito de Braga, a fim de syndicar os factos alegados, ouvindo as testemunhas oferecidas, e ainda mais pessoas que tivessem assistido à praça de Braga; o processo deveria ser remetido, sem demora, à Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, a fl. 18;

Mostra-se que, em cumprimento do despacho de 9 de Dezembro de 1909, foram inquiridas as testemunhas oferecidas pelo reclamante, e mais seis cidadãos que assistiram à praça, a fl. 26-32, e sobre o depoimento de todos informou o delegado do Tesouro que as alegações do reclamante eram improcedentes a fl. 20-23;

Mostra-se que o director geral interino, da Estatística e dos Próprios Nacionais, por despacho de 29 de Dezembro de 1909, considerou improcedentes as alegações do reclamante, e mandou seguir o processo de adjudicação ao maior lanço obtido, a fl. 17; e nesta conformidade foi lavrada a informação e o despacho de 3 de Janeiro de 1910, a fl. 16 v;

Mostra-se que contra as condições em que foi feita a sindicância, ordenada por despacho de 9 de Dezembro de 1909, reclamaram António Fernandes de Araújo, em 14 de Dezembro a fl. 34, e Luís Baptista Dinis, a fl. 37;

Mostra-se que do despacho do director geral, de 29 de Dezembro, recorreu para o antigo Ministro da Fazenda, não António Fernandes de Araújo, sobre cuja reclamação havia sido lançado o despacho de 29 de Dezembro, mas Luís Baptista Dinis, signatário da reclamação de fl. 37, datada de 18 de Dezembro, nos termos do artigo 62.º do decreto de 30 de Junho de 1898, pedindo que se suspendesse a entrega da carta da arrematação referente à Quinta de Rial enquanto não fôsse resolvido superiormente o seu recurso, e alegou:

que foi anunciada a arrematação simultânea da Quinta de Rial, no antigo Ministério da Fazenda, e na Repartição de Fazenda de Braga; em Braga antecipou-se a hora da praça, o que impediu a presença dalguns lançadores e permitiu ao representante dos rendeiros da propriedade, em Braga, telegrafar para Lisboa o resultado da praça de Braga; em Lisboa demorou-se a hora da praça, o que permitiu ao representante dos rendeiros da propriedade receber o telegrama de Braga, a tempo de cobrir com 100 réis o lanço de Braga;

que deste modo a Quinta de Rial foi adquirida por preço muito inferior ao seu valor, pois que muitos pretendentes, que teriam lançado na praça de Braga, ficaram inibidos de fazê-lo;

que a sindicância efectuada não possui qualquer valor moral, pois, ordenada por despacho de 9 de Dezem-

bro de 1909, foi presidida pelo delegado do Tesouro do distrito, e a interpelação das testemunhas dirigida pelo primeiro official, Ramos, que presidiu à praça sindicada;

que devo anular-se e repetir-se a reclamada praça de 2 de Dezembro, pois, como informa o director do Hospital de S. Marcos, instituto legatário, existe um pretendente que cobre o preço da venda com mais 1.000\$, a fl. 41-42;

Mostra-se que o director geral interino alegou que a praça de 2 de Dezembro, de Lisboa, começou à hora regulamentar, isto é, ao meio dia e quinze minutos, e, insistindo em considerações já expostas, com a invocação dos artigos 2512.º e 2514.º do Código Civil, informa que o recurso deve ser rejeitado a fl. 12-13; e com esta informação se conformou o antigo Ministro da Fazenda, por despacho de 31 de Janeiro de 1910, fl. 12;

Mostra-se que, tendo requerido António de Sousa e Silva e irmão, Domingos de Sousa e Silva, para fazer o pagamento de 4:144\$000 réis, preço porque lhe foi adjudicada a Quinta de Rial, nos termos do despacho de 3 de Janeiro de 1910, publicado no *Diário do Governo* n.º 3, de 5 de Janeiro do mesmo ano, o director geral, por despacho de 28 de Janeiro de 1910, ordenou que essa pretensão não podia ter seguimento emquanto não fôsse resolvido o assunto do processo 863 e auto do livro 21;

Mostra-se que, do despacho de 31 de Janeiro de 1910, recorreu, em 14 de Fevereiro do mesmo ano, para o Supremo Tribunal Administrativo, Luís Baptista Dinis, alegando:

— que a praça de Braga começou antes da hora prefixa, decorreu com muita precipitação e, contra o disposto no regulamento de 4 de Janeiro de 1870, artigo 142.º, foi presidida pelo primeiro official da Repartição de Fazenda de Braga, Manuel António da Silva Ramos, e que a praça de Lisboa foi aberta tardiamente, isto é, muito depois de terem dado as doze horas;

— que os arrematantes da propriedade foram os seus actuais arrendatários, representados em Lisboa por um empregado do Ministério dos Negócios da Fazenda;

— que a sindicância feita à praça de Braga não possui qualquer valor moral;

— que, nestes termos, requeria que se requisitasse, da Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, o processo relativo à arrematação reclamada, e que se suspendesse o cumprimento da decisão recorrida;

Mostra-se que, por acórdão de 23 de Fevereiro de 1910, foi enviado o processo para o antigo Ministério da Fazenda, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 24.º do regulamento de 25 de Setembro de 1886;

Mostra-se que a Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, em cumprimento do despacho de 1 de Maio de 1910, informou o recurso nos termos seguintes, a fl. 9 e 10;

— que se o artigo 89-*três* da lei de 9 de Setembro de 1908 revogou o disposto no artigo 80.º do decreto de 30 de Junho de 1898, restabeleceu o recurso dos actos e decisões do Governo, nos mesmos termos em que era permitido, pela legislação anterior ao Código de 1896; e, para o Ministério da Fazenda, esses termos constam do decreto de 30 de Dezembro de 1892, o qual, no artigo 37.º, determinou que das decisões do Ministro não podia haver recurso para o Supremo Tribunal Administrativo se não nos casos de incompetência e excesso de poder; ora o despacho recebido não foi proferido por Ministro incompetente, visto o disposto no n.º 3.º do artigo 12.º do decreto de 30 de Junho de 1898, nem representa excesso de poder, porque o Ministro decidiu sobre assunto de serviço em repartição dependente do antigo Ministério da Fazenda;

— que na praça recorrida se observaram todos os preceitos legais e não houve ofensa de direitos adquiridos;

Mostra-se que com esta informação se conformou o antigo Ministro da Fazenda por seu despacho de 10 de Maio de 1910 a fl. 9;

O que tudo visto e ponderado, consideradas as alegações do recorrente, a fl. 47, e os documentos de fl. 53, certidões dos termos do arrematação da Quinta de Rial na repartição de fazenda de Braga e no antigo Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério Público:

Considerando que as partes são legítimas e os próprios que estão em juízo, e que neste recurso, interposto no prazo legal, foi empregado o processo competente, a fl. 44, 5.

Considerando que a lei de 9 de Setembro de 1908, no artigo 89.º-*três*, estabeleceu o recurso para o Supremo Tribunal Administrativo dos actos e decisões do Governo e autoridades administrativas, que se intepusessem por incompetência e excesso de poder, violação de leis ou regulamentos, ou ofensa de direitos adquiridos, excepto em questões de propriedade, ou de posse, ou que estejam sujeitos à competência doutros tribunais nos mesmos termos, isto é, com os mesmos termos do processo e prazos em que era permitido pela legislação anterior ao Código Administrativo de 4 de Maio de 1896;

Considerando que, em presença do despacho de fl. 43, de 28 de Janeiro de 1910, foi desnecessário conhecer da suspensão da execução da deliberação recorrida, pedida a fl. 5 v;

Considerando que as duas praças efectuadas no antigo Ministério da Fazenda e na Repartição de Fazenda distrital de Braga, no dia 2 de Dezembro de 1909, em que se arrematou a Quinta de Rial, do lugar do Rial, da freguesia do Adãofo, do concelho do distrito de Braga, descrita na verba n.º 1 da lista n.º 9:381, pertencente, em partes iguais, ao Hospital de S. Marcos e ao Asilo dos Entrevados de S. José e de S. Lázaro, da cidade de Braga, decorreu nos termos legais, como consta dos respectivos instrumentos, a fl. 56-58, que não referem qualquer reclamação;

Considerando que as alegações do reclamante, de fl. 18, relativamente à praça de Braga, foram contestadas por todas as testemunhas inquiridas, incluindo três das oferecidas pelo próprio reclamante, e entre estas testemunhas encontram-se: José António Barreto Júnior, proprietário, reitor do Liceu de Braga e provedor da Misericórdia Administrativa do Hospital de S. Marcos, instituto legatário, e António Joaquim Mourão, proprietário, capitalista, mesário da referida corporação, devendo notar-se:

a) Que o depoimento da testemunha, Francisco da Silva Santos, a única que confirma a abertura da praça antes do meio dia, é contestado, do modo directo, pelas testemunhas, Manuel João Faria, António José Ferreira, Benjamim Maia, Jacinto Fernandes, Visconde da Gramosa e Miguel da Cunha Góis, a fl. 26 v, 27, 28 v, 29, 29 v, 30, 30 v e 31;

b) E que a testemunha, António José Ferreira, declarou haver sido solicitada pelo reclamante, António Fernandes de Araújo, o pelo lançador da praça de Braga, António de Amorim Lima, que o procuraram na sua casa à Rua de D. Pedro V, no dia 11 de Dezembro de 1909, às duas horas da tarde, para declarar na sindicância que a praça foi aberta antes do meio dia solicitação esta a que não atendeu, por traduzir um depoimento menos verdadeiro, a fl. 28 v e 29;

Considerando que, embora o artigo 142.º do regulamento de 4 de Janeiro de 1870 determine que as arrematações, como a arrematação reclamada, devem ser, na Repartição de Fazenda, presididas pelo delegado do Tesouro, e a da praça de Braga foi presidida por Manuel António da Silva Ramos, primeiro official da mesma re-

partição, também é certo: a) que o delegado do Tesouro é substituído nos seus impedimentos temporários pelo primeiro empregado efectivo do quadro da Repartição de Fazenda (regulamento citado de 1870, artigo 117.º); b) e que, pela informação de fl. 20-21, o delegado do Tesouro estava, no dia 2 de Dezembro de 1909, impedido em serviço official;

Considerando que, se o processo da sindicância, sob o ponto de vista jurídico, merece reparos, constitui uma incontestável prova moral contra a reclamação, atendendo a que a contestam três das quatro testemunhas oferecidas pelo próprio reclamante, que fizeram os seus depoimentos perante o delegado do Tesouro, e os officiais da Repartição de Fazenda, Silva Ramos, José Lopes e Pereira Lobo, a fl. 26-28, não podendo esquecer-se que a insuficiência da prova jurídica, constituída pela sindicância, não aproveita ao reclamante ou ao recorrente, aos quais competia demonstrar o vício ou irregularidade do processo de arrematação, provada pelos documentos de fl. 56 e seguintes;

Considerando que não foram provadas as alegações de fl. 3, contra a praça efectuada na sala das arrematações do antigo Ministério da Fazenda, e quando se demonstrasse que um empregado do Ministério da Fazenda, o fiel da Direcção Geral da Tesouraria, havia lançado com procuração dos rendeiros da propriedade arrematada, essa irregularidade, só de per si, não constituía motivo de nulidade da praça;

Considerando que, embora a praça de Lisboa abra-se às doze horas e quinze minutos, a fl. 13, devem considerar-se simultâneas as duas praças, de Braga e Lisboa;

Considerando que ao reclamante e ao recorrente competia provar que, na praça de Braga ou de Lisboa, tinha havido vício ou irregularidade, nos termos do § 15.º do artigo 36.º das instrucções de 25 de Novembro de 1869, que justificasse a anulação da arrematação e, na falta dessa prova, subsistem, com toda a sua força jurídica, os termos das praças, de fl. 56 e seguintes.

Em sessão de 11 de Outubro de 1911 distribuiu-se o recurso n.º 13:765, apresentado em 6 desse mês, onde os recorrentes, António e Domingos de Sousa e Silva, baseados na sua carta de arrematação da Quinta de Rial, n.º 73:533, datada de 14 de Fevereiro de 1910, e invocando o artigo 89.º—*três* da lei de 9 de Setembro de 1908, impugnam os despachos ministeriais de 25 de Agosto e 13 de Setembro de 1911, que anularam aquela arrematação, deixando-lhes o direito de receberem a quantia de 4.715\$86, conforme a intimação de 27 de Setembro de 1911, constante da contra-fé de fl. 5.

Alegam no recurso que, em 2 de Dezembro de 1909, arremataram a Quinta de Rial, passando-se-lhes carta, registada na conservatória predial de Braga; que a legalidade e validade dessa arrematação se opuseram várias reclamações, todas desatendidas por despacho ministerial, pendente do recurso n.º 13:407, interposto para o Supremo Tribunal Administrativo por Luís Baptista Dinis, e ainda não resolvido; que, não obstante, pelos despachos recorridos, e sem audiência dos recorrentes, anulara o Ministro das Finanças a arrematação, ofendendo as leis civis e administrativas, e os direitos e interesses legítimos d'elles, recorrentes, que sómente pela intimação souberam de tais despachos, os quais não foram publicados, estando, por isso, o recurso em tempo.

Concluem pedindo que se dê provimento no recurso, se suspenda o cumprimento dos despachos recorridos, e se requisite o processo existente no Ministério das Finanças.

Foi ouvido o Ministro, que concordou com a informação da Direcção Geral da Fazenda Pública, de fl. 11 e seguintes, e devolveu, por não se conformar, a consulta sobre o recurso n.º 13:407, a fim de habilitar o tribunal a proferir o acórdão de fl. 31.

Naquella informação refere-se:

— que a arrematação tivera lugar simultaneamente em Braga e Lisboa, verificando-se várias irregularidades, contra as quais appareceram reclamações; a extinta Direcção Geral da Estatística e Próprios Nacionais manteve as praças e adjudicou o prédio aos recorrentes Sousa e Silva; reorganizado o Ministério das Finanças, e, continuando as reclamações, foi remetido o processo à Procuradoria Geral da República, que consultou pela anulação de ambas as praças, nos termos do artigo 36.º, § 5.º, do decreto de 25 de Novembro de 1869; com este parecer se conformou o Ministro pelos despachos recorridos, autorizando a restituição do preço e das quantias despendidas pelos arrematantes; estes despachos foram communicados em 30 de Setembro de 1911, e designou-se para nova praça o dia 4 de Novembro; d'elles não resulta dano irreparável para os arrematantes, que podem levantar as quantias desembolsadas, e haver a importância de quaisquer bemfeitorias, justas e de boa fé, depois de liquidadas nos tribunais judiciais; sempre foi prática do Ministério anular as arrematações feitas em observância das leis, como neste caso, e jamais daí resultou prejuizo; apenas uma ou outra vez os interessados, julgando-se prejudicados, recorreram aos tribunais civis, onde ventilaram os seus direitos, com fundamento em perdas e danos causados pelo Estado; em conclusão: o Supremo Tribunal Administrativo é incompetente para conhecer do recurso, e o Ministério das Finanças procedeu legalmente.

Por acórdão de 3 de Janeiro de 1912 resolveu o tribunal que ao antigo recurso n.º 13:407 se apensasse o moderno para seguir com elle os termos devidos, esclarecendo-se, por acórdão de 12 de Março de 1913, que no último recurso se processassem esses termos, mantendo-se a competente distribuição.

A suspensão do cumprimento dos despachos recorridos foi negada em 17 de Janeiro de 1912, com o fundamento de haver o Ministro mandado anteriormente, por despacho de 2 de Novembro de 1911, suspender a nova arrematação; e no mesmo dia 17 de Janeiro resolveu o Tribunal requisitar do Ministério os documentos que entendeu necessários para esclarecimento do recurso, e que oportunamente recebeu e fez juntar ao processo.

Dada vista aos interessados, ofereceram os recorrentes, António e Domingos de Sousa e Silva, as alegações de fl. 17 e 81; e insistindo no pedido de requisição do processo existente no Ministério das Finanças, requereram que do seu recurso, n.º 13:765, não se desse vista ao recorrente no outro processo, n.º 13:407; por sua parte, sustentou Luís Baptista Dinis a justiça da anulação da arrematação.

Apreciando os requerimentos, deliberou o Tribunal desatender a impugnação da vista do processo a Luís Baptista Dinis, que se mostra interessado em intervir na questão controvertida, por sua íntima ligação com a do processo apenso, n.º 13:407, no qual é recorrente; e deferir quanto à requisição do processo onde foram proferidos os despachos recorridos, de 25 de Agosto e 13 de Setembro de 1911.

Voltaram os recursos aos advogados das partes, que mantiveram as alegações anteriores, e foi ouvido o Ministério Público:

Tudo ponderado:

Considerando que o casal ou Quinta de Rial, legado em partes iguais ao Hospital de S. Marcos e ao Asilo dos Entrevados de S. José e de S. Lázaro, em Braga, ficou sujeito a desamortização, nos termos das leis respectivas, Código Civil, artigo 35.º, lei de 22 de Junho de 1866, artigo 7.º;

Considerando que nos termos das leis de desamortização procede o Governo, por seus agentes, à avaliação e venda em hasta pública dos bens a desamortizar, orga-

nizando processos administrativos que pode sustar, segundo as circunstâncias, antes de adjudicados os bens, de lavrado e entregue o competente título de venda, e de conferida ao comprador posse legal e efectiva do objecto vencido, pertencendo ao fóro administrativo a resolução das questões contenciosas suscitadas na execução dos preceitos relativos ao assunto, lei de 13 de Julho de 1863, artigo 7.º, instruções de 12 de Dezembro de 1863, artigos 48.º e 66.º, lei de 22 de Junho de 1866, artigos 11.º e 16.º; instruções de 26 de Julho de 1866, artigos 8.º, 31.º, 34.º, 41.º; e de 25 de Novembro de 1869, artigos 5.º, 36.º, 38.º, 40.º e 44.º;

Considerando que, ao abrigo destes princípios, impugnou o recorrente, Luís Baptista Dinis, a arrematação da Quinta de Rial, rejeitou o Ministro a impugnação, e apreciou o tribunal o respectivo recurso, sob o n.º 13:407, declarando-o improcedente, nos termos da consulta de 29 de Março de 1911, que fica transcrita, e com a qual findou a competência dos vogais do Supremo Tribunal Administrativo para julgarem contenciosamente esse recurso, pois a mais não os habilita o artigo 42.º do regulamento de 25 de Novembro de 1886, e não se verificam os casos e termos dos artigos 52.º e 53.º, em que ao tribunal é permitido revogar ou alterar as próprias decisões;

Considerando que no recurso n.º 13:765, interposto no prazo legal do artigo 344.º do Código Administrativo de 1896, pretendem os recorrentes António e Domingos de Sousa e Silva, na qualidade de arrematantes e possuidores da Quinta de Rial, segundo a carta de arrematação de 14 de Fevereiro de 1910, registada na Conservatória Predial de Braga, e a posse do prédio, afirmada nos documentos de fl. 12 v e 89, obter a anulação dos despachos ministeriais de 25 de Agosto e 13 de Setembro de 1911, que invalidaram a mencionada arrematação, e mandaram restituir aos arrematantes o preço e abonar as despesas comprovadas por documentos (fl. 38 e 104);

Considerando que estes despachos constituem decisões executórias da administração pública, sujeitos à impugnação contenciosa de quem se mostrar lesado por elles, sem prejuizo da opposição que possa levantar a sua execução como ofensa de direitos;

Considerando que dos actos administrativos arguidos de incompetência, excesso de poder, violação de lei ou regulamentos, ou ofensa de direitos adquiridos e nomeadamente dos actos e decisões do Governo, conhece o Supremo Tribunal Administrativo em recurso contencioso, artigo 352.º, n.º 3.º, do Código Administrativo de 1896, e 89.º, 3.º, da lei de 9 de Setembro de 1908, e as questões de propriedade, posse e validade de contratos ou direitos d'elles emergentes debatem-se nos tribunais comuns;

Considerando que, em tais termos, é competente o Supremo Tribunal Administrativo para apreciar a validade dos despachos recorridos em confronto com as atribuições legais do Ministro que os expediu, cabendo ao fóro judicial desagravar os direitos dos recorrentes quando sejam lesados com a execução dos mesmos despachos; decretos sobre consulta do Conselho de Estado, de 28 de Julho de 1858, no *Diário do Governo* n.º 228, e do Supremo Tribunal Administrativo, de 3 de Janeiro de 1879, no *Diário do Governo* n.º 13;

Considerando que os recorrentes, na invocada qualidade de arrematantes e possuidores da Quinta de Rial, em que figuram no processo, tem manifesto interesse no recurso e, conseqüentemente, legitimidade para arguir de ilegais os despachos que os prejudicam e promover, como promoveram, a sua anulação no contencioso administrativo;

Considerando que, depois de realizada a arrematação, adjudicado o prédio, passada a carta e investido o comprador na posse dos bens, nem o artigo 36.º, § 5.º, das instruções aprovadas por decreto de 25 de Novembro de

1869, nem outra disposição geral ou regulamentar, permite à autoridade administrativa anular a arrematação;

Considerando que, fôsem quais fôsem as arguições opostas a esse acto, tinha êle de produzir efeitos jurídicos emquanto a rescisão não estivesse declarada pelos tribunais judiciais, «únicos a quem isso compete, e não ao presidente da praça da arrematação, nem é jurisdição graciosa do Ministro», decreto sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo, de 19 de Maio de 1882, no *Diário do Governo* n.º 166;

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, conformando-me com a referida consulta, nos termos do artigo 43.º do regulamento de 25 de Novembro de 1886, decretar a denegação do provimento no recurso n.º 13:407, e o provimento no recurso n.º 13:765, para ficarem sem efeito os despachos de 25 de Agosto e 13 de Setembro de 1911.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 2 de Abril de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Tomás Cabreira*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral da Agricultura

Repartição Técnica

Secção do Fomento Commercial

LEI N.º 130

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Quando haja reclamações acêrca da falta de milho ou centeio nos mercados, o Governo mandará proceder à chamada para manifesto daqueles cereais existentes, disponíveis para venda, no continente da República e ilhas dos Açores.

§ 1.º A chamada será feita pelas direcções dos Serviços Agrícolas, dando-se o prazo mínimo de dez dias para o manifesto, a contar da data da publicação do competente anúncio no *Diário do Governo*.

§ 2.º O manifesto será efectuado pelos lavradores e outros quaisquer detentores daqueles cereais, os quais deverão declarar por escrito a quantidade que possuírem, o preço por que desejam vendê-lo e o local onde esteja armazenado.

Art. 2.º Se em resultado da chamada se averiguar que não existem no país as quantidades de milho ou centeio bastantes para ocorrer às necessidades do consumo, por preços compatíveis com o seu preço normal, o Governo poderá decretar, ouvida a Junta Consultiva de Agricultura ou o Conselho Superior Técnico, emquanto aquela não estiver constituída, a importação de qualquer daqueles cereais, para pessoas ou gado, conforme as necessidades do país, com redução de direitos.

Art. 3.º O direito pelo despacho dos produtos, a que se refere o artigo 1.º, será fixado no decreto que se publicar, nos termos do artigo anterior, sob proposta dos Conselhos Superior Técnico e do Comércio e Indústria, reunidos em sessão conjunta.

§ único. Para a fixação dos respectivos direitos, deve ser tomado como base o preço de \$60 para o milho e o de \$64 para o centeio, por medida de 20 litros, e bem assim a média de preços nos mercados externos, durante os quarenta e cinco dias anteriores à data da publicação do decreto que autoriza a importação.

Art. 4.º O direito fixado nos termos do artigo anterior é válido por quarenta e cinco dias, a seguir à publicação do respectivo decreto no *Diário do Governo*, devendo ser fixado novo direito de quarenta a quarenta e cinco dias, até terminar o prazo de importação.